RESUMO
Desde a Educação Infantil, é essencial promover um trabalho que valorize e respeite as personalidades negras, reconhecendo-as como parte fundamental da diversidade humana e da riqueza cultural do nosso país. Ao abordar a história, a cultura e as contribuições de figuras negras significativas, as crianças têm a oportunidade de se conectar com narrativas diversas e construir uma consciência crítica sobre questões de igualdade e justiça. Integrar o estudo de personalidades negras desde cedo não apenas amplia o repertório cultural dos pequenos, mas também os prepara para um convívio mais empático e respeitoso com a pluralidade étnica da sociedade. Ao destacar o legado de líderes, artistas, cientistas e ativistas negros, estamos não apenas reconhecendo suas conquistas, mas também desconstruindo estereótipos e combatendo o racismo estrutural que permeia nossa sociedade. A Educação Infantil desempenha um papel crucial na formação de valores e atitudes, e ao incorporar de forma significativa o estudo e a apreciação das personalidades negras, estamos construindo alicerces sólidos para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Cada história contada, cada conquista celebrada e cada desafio enfrentado por essas personalidades negras não apenas enriquecem o currículo escolar, mas também enriquecem as mentes e os corações das crianças, preparando-as para um mundo diverso e interconectado.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Educação Infantil; Valores; Repertório Cultural.

## INTRODUÇÃO

A diversidade cultural presente em nossa sociedade é um tesouro valioso que enriquece nossa convivência. Desde tenra idade, absorvemos em nossa família microcosmos culturais que se entrelaçam com as múltiplas facetas de nossa morada. No ambiente escolar, somos confrontados com um mosaico cultural, compartilhando nosso cotidiano com indivíduos singulares, o que, em certas regiões, revela uma persistente trama de preconceitos. É imperativo cultivar uma abordagem positiva em relação às identidades negras desde os primeiros anos de vida, a fim de evitar a propagação de estereótipos. Os educadores enfrentam desafios ao instruir, pois cada criança traz consigo sua bagagem de conhecimentos prévios e influências do meio familiar, incluindo possíveis preconceitos.
Segundo Marilena Chauí (2007, p.32):

Na escola, somos introduzidos ao simbolismo da bandeira nacional: o verde representa as florestas e seus tesouros naturais, o amarelo simboliza a riqueza mineral, e o azul estrelado do círculo remete ao céu brasileiro, onde reluz o Cruzeiro do Sul. Aprendemos que somos um presente da Natureza e divino, pois em nossa terra não há desastres naturais como furacões ou terremotos, e onde "plantar é colher".

Em um país tão vasto em riqueza cultural, ainda enfrentamos desafios como a valorização de expressões regionais e o combate à discriminação contra indivíduos negros. Embora pareça trivial na Educação Infantil, tais questões se tornam evidentes durante a fase escolar, principalmente através da linguagem e interações com os colegas. Nesse contexto, os educadores têm a responsabilidade de transformar o ensino de forma inclusiva para atender a todos os alunos ao longo de sua jornada escolar.
Farias (2012, p. 32) define cultura como:

O conjunto de expressões artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de uma sociedade. Elementos como música, teatro, rituais religiosos, idioma, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos e estruturas sociais compõem a cultura de um povo.

O Brasil, caracterizado por sua vastidão territorial, abriga uma ampla diversidade cul-

tural resultante da contribuição dos colonizadores europeus, dos povos indígenas e dos escravos africanos. Posteriormente, imigrantes de diversas origens como italianos, japoneses, alemães e árabes enriqueceram ainda mais essa diversidade. As práticas culinárias, danças e religiões são elementos integrantes dessa rica tapeçaria cultural.
Césaire (2012, p.75) destaca que:

A construção da identidade negra requer orgulho da herança africana, fidelidade à sua condição e solidariedade com os irmãos negros da diáspora. Embora não se deva homogeneizar a África, é fundamental reconhecer elementos que a caracterizam como uma civilização distinta.

Cohn (2005) ressalta a importância de reconhecer a criança como um agente ativo na formação de suas relações sociais, interagindo ativamente com adultos e outras crianças. A criança não deve ser vista como um adulto em miniatura, mas como um participante ativo na construção de sua identidade e relações sociais.
Na sociedade africana, o parentesco, a coletividade, o casamento e o poder desempenham papéis fundamentais na definição da identidade. A importância do parentesco, seja matrilinear ou patrilinear, e a relação estabelecida com a família determinam a posição do indivíduo no mundo. A coletividade prevalece sobre o individualismo do ocidente, e o casamento é valorizado como um pilar da sociedade, não havendo espaço social definido para os solteiros. O poder é legitimado pelo sangue e pelo parentesco, buscando a unanimidade nas decisões.
Com frequência, cultura é erroneamente associada apenas ao nível educacional de um indivíduo, quando, na realidade, sua abrangência é muito mais ampla. Cultura engloba tudo aquilo que confere significado ao mundo de um grupo ou indivíduo específico. Os elementos culturais de um povo incluem não apenas aspectos educacionais, mas também religiosidade, valores morais, idioma falado, identidade étnica, e a história da sociedade na qual estão inseridos.
Na Educação Infantil, depara-se com a Lei nº 10.639/2003, que segundo o Plano Nacional de Implementação, estabelece que as crianças têm o direito de serem acolhidas e respeitadas em suas diferenças, reconhecendo-as como sujeitos detentores de direitos. A diversidade de suas características físicas, estéticas, religiosas, identidades de gênero, origens étnico-raciais ou deficiências deve ser respeitada não por questões de moral, assistencialismo ou religiosidade, mas sim como uma postura esperada de uma sociedade e escola democráticas que prezam pela infância. Nesse sentido, as práticas e o currículo da Educação Infantil devem refletir sobre como tem sido abordada pedagogicamente a diversidade entre crianças negras, brancas e de outros grupos étnico-raciais, bem como suas famílias e histórias.

## A HISTÓRIA DOS AFRODESCENDETES

O progresso da luta dos afrodescendentes no Brasil e seus feitos devem exercer uma influência significativa em empreendimentos semelhantes ocorridos em outros países, pois seus triunfos não são apenas individuais, mas coletivos. As conquistas parciais ou totais em outras regiões do nosso continente também são reflexo do Brasil. A luta singular e emergente nas sociedades latino-americanas requer o reconhecimento de todos, impulsionando nossas reivindicações e demandas para obter maior apoio e solidariedade social e política, influenciando cada movimento nacional. À medida que essa luta se torna mais visível internacionalmente, é essencial canalizar a atenção e apoio de outros.
De acordo com Freitas (2019, p.98):

O tráfico de africanos para o Brasil durante a colonização se estendeu por quase quatro séculos, trazendo mais de 4,8 milhões de africanos escravizados de diversas regiões do continente. Submetidos a condições brutais de escravidão, esses indivíduos foram privados de suas identidades, forçados a viver juntos apesar de suas diferenças e desconectados de suas raízes africanas.

É crucial estarmos atentos ao que acontece em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Chile, Equador, México, Uruguai, Paraguai, Porto Rico, Venezuela e em cada re-

pública da América Central, onde as demandas dos garífunas e negros caribenhos estão presentes. Nossos esforços não devem se limitar ao âmbito intelectual, mas também devem se materializar em ações práticas e ideológicas. O movimento por direitos afrodescendentes deve ser um compromisso nacional, fortalecido por apoio mútuo e solidariedade, para tornar nossa presença mais visível e corrigir distorções e omissões nas narrativas históricas oficiais.
Conforme observado por Souza (2008, p,67):

Compreender plenamente uma cultura requer a aprendizagem de seus códigos básicos, transcender nossas próprias experiências e processos de socialização. A cultura nos conecta a grupos sociais, mas também pode dificultar nossa integração em grupos distintos, a menos que estejamos dispostos a uma transformação significativa.

Em muitos casos, nos países latino-americanos, a identidade africana foi suprimida devido às políticas repressivas do colonialismo europeu, resultando na perda progressiva das tradições africanas e na diluição da herança cultural das primeiras gerações de escravizados, impedidos de preservar suas raízes puras.

A CULTURA E AS RELAÇÕES ETNICO RACIAIS
As disparidades étnicas e raciais profundamente enraizadas no sistema educacional seguem um padrão no qual grupos afro-americanos, indígenas, latino-americanos e do sudeste asiático demonstram um desempenho acadêmico inferior em comparação com caucasianos e outros grupos asiático-americanos. Essas discrepâncias educacionais:

- Refletem as disparidades étnicas e raciais no status socioeconômico, assim como nos resultados de saúde e acesso aos cuidados de saúde;
- São evidentes desde a primeira infância e persistem ao longo da educação básica;
- São manifestadas nas pontuações dos testes que avaliam o desempenho acadêmico, como em leitura e matemática; nas taxas de repetência; nas taxas de evasão e graduação; na participação em programas de talento; nas matrículas no ensino superior; e em indicadores comportamentais, incluindo taxas de disciplina, suspensão e expulsão escolar.

A ciência psicológica oferece uma compreensão das disparidades educacionais e propõe estratégias para corrigi-las. Psicólogos do desenvolvimento destacam como as diferenças no ambiente de educação infantil e no cuidado infantil estão associadas ao desempenho acadêmico e à preparação escolar de crianças de minorias étnicas e raciais antes de ingressarem na educação fundamental e média.
Discriminação, como definido por Gonçalves (2007, p.35), envolve separar, distinguir e estabelecer diferenças, resultando em ações negativas concretas que violam os direitos sociais e humanos, promovendo desigualdade de tratamento com base em critérios predefinidos, tanto de forma explícita quanto implícita.

A PESQUISA PSICOLÓGICA SOBRE A AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA REVELOU INSIGHTS CRUCIAIS SOBRE COMO CRIANÇAS DE MINORIAS LINGUÍSTICAS
A escolaridade é uma das formas fundamentais pelas quais as sociedades garantem sua sobrevivência, produzindo e reproduzindo as relações sociais que compõem a sociedade. As escolas não operam isoladamente da sociedade, mas fornecem uma arena para abordar questões com importantes ramifi-
i
cações na sociedade. A conscientização nacional das questões é evidente na mídia e nas escolas, onde professores e alunos são diariamente desafiados a encontrar novas maneiras de se comunicar e aprender juntos.
Algumas de nossas atitudes em relação à diversidade cultural surgem do medo e do preconceito, da falta de contato com pessoas de diferentes origens e da necessidade de uma maior compreensão sobre quem somos e o que nossa sociedade pode ser. Essas atitudes moldam o grau em que as escolas podem proporcionar um ambiente de aprendizado acolhedor, solidário e eficaz para todos os alunos. Como a diversidade cultural e o

fato inevitável do racismo afetam diretamente a experiência emocional, social e acadêmica da criança, essa é uma área que as escolas têm uma responsabilidade especial de abordar.

A escolaridade desempenha um papel fundamental na estruturação da sociedade, sendo responsável por produzir e reproduzir as relações sociais que a compõem. As escolas não operam de forma isolada, mas servem como um espaço para abordar questões de grande relevância para a sociedade. A conscientização nacional sobre essas questões é evidente na mídia e nas escolas, desafiando diariamente professores e alunos a encontrarem novas formas de comunicação e aprendizado em conjunto.

Muitas das atitudes em relação à diversidade cultural derivam do medo, preconceito e da falta de interação com pessoas de diferentes origens, destacando a necessidade de uma maior compreensão sobre nossa identidade e potencial como sociedade. Essas atitudes moldam o ambiente de aprendizado das escolas e sua capacidade de proporcionar um ambiente acolhedor, solidário e eficaz para todos os alunos. A diversidade cultural e a presença do racismo impactam diretamente a experiência emocional, social e acadêmica das crianças, exigindo que as escolas assumam uma responsabilidade especial para abordar essas questões.

O tema das relações raciais é complexo, emocionalmente carregado e politicamente sensível. Não existem soluções simples, pois desafia os privilégios, envolvendo a todos nós. As misturas culturais, as experiências individuais e as forças das comunidades variam, tornando difíceis as distinções entre raça, cultura e etnia, assim como as fronteiras entre domínio cultural e racismo. Ao examinarmos nossas próprias atitudes e preconceitos, confrontamos desafios em relação à autoridade e ao compromisso com princípios de justiça. Essa jornada de autoconhecimento também se aplica aos educadores e pesquisadores, que devem refletir sobre suas premissas culturais e raciais, reconhecendo suas limitações e a necessidade de um constante aprendizado e abertura para a diversidade.

Conforme Farias (2012, p. 32):

A cultura engloba as expressões artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização, incluindo música, teatro, rituais religiosos, língua, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos e estruturas sociais.

O Brasil, devido à sua vasta extensão territorial, é rico em diversidade cultural, influenciada pelos colonizadores europeus, populações indígenas, escravos africanos e imigrantes de diversas origens, que contribuíram para a tapeçaria cultural do país através de práticas culinárias, danças e religiões.

De acordo com a Lei 10639/03:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

Culturalmente, muitas pessoas tendem a associar a cultura exclusivamente ao nível de estudos, no entanto, a cultura abrange muito mais do que isso. Ela engloba tudo o que dá sentido ao mundo de um indivíduo ou grupo, incluindo religiosidade, valores morais, idioma, história da sociedade em que estão inseridos, entre outros elementos.

A cultura vai além do conhecimento, sendo uma rede complexa de elementos que atribuem significado ao mundo de um indivíduo, caracterizando os povos pela variedade de fatores que compõem sua sociedade. Tudo que produzimos se torna nossa identidade cultural, influenciando nosso cotidiano em interações com amigos, na escola com pro-

fessores e colegas, e na sociedade em geral. De acordo com a pesquisa realizada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), o Brasil é marcado pela diversidade cultural devido à miscigenação. Desde sua história inicial, o país foi moldado pela presença de diversos povos e culturas, resultando em uma formação rica e diversificada. A chegada dos colonizadores portugueses, a escravidão africana, bem como a imigração posterior de italianos, japoneses, alemães e outros grupos étnicos, contribuíram para a multiculturalidade brasileira.

A MISTURA DE POVOS E CULTURAS

Essa mistura de povos e culturas resultou em particularidades únicas na língua, costumes, religião e manifestações culturais do Brasil. A língua portuguesa, por exemplo, incorporou termos de origens indígenas e africanas devido à miscigenação. A diversidade cultural no Brasil se reflete nas diferentes linguagens presentes em cada estado, influenciadas pelas diversas colonizações. Apesar das riquezas culturais, o país ainda enfrenta desafios com discriminação, destacando a importância de valorizar as personalidades negras desde a Educação Infantil.

O multiculturalismo surge das lutas dos grupos sociais que, ao longo da história do Brasil, enfrentaram discriminação e exclusão. A definição de multiculturalismo é um desafio, sendo distinguidas duas abordagens fundamentais: a descritiva, que busca compreender e descrever contextos históricos e socioculturais; e a propositiva, que visa não só entender, mas também atuar e transformar, estabelecendo relações culturais na sociedade para promover a democracia e estratégias pedagógicas.

Gonçalves (1999, p. 101-102) destaca que:

Lidar com a diversidade na escola requer, primeiramente, reconhecer que essa diversidade é resultado de uma construção histórica. Não pode ser visto como algo arbitrário ou baseado em escolhas individuais. A diversidade engloba formas de convivência, interações sociais, valores, saberes e costumes que refletem práticas e significados historicamente construídos em contextos de luta política e estruturas sociais assimétricas. Uma comunicação intercultural inevitavelmente enfrenta desafios, não sendo necessariamente harmoniosa.

O processo de escolarização, muitas vezes, não permitia que os alunos refletissem sobre suas próprias experiências cotidianas, levando-os a um formalismo estereotipado da cultura escolar. Reconhecer os diversos recortes dentro da ampla diversidade cultural é lutar pelo respeito à diferença e garantir que todos os grupos sociais e culturais sejam respeitados, promovendo a troca de experiências e a garantia dos direitos de cidadania. A escola desempenha um papel fundamental nesse sentido, devendo romper com a visão limitada de "cultura escolar" que estabelece padrões culturais, contribuindo mais para a exclusão do que para uma educação democrática e de qualidade.

Reconhecer e aceitar as diferenças não é uma tarefa fácil, mas é essencial para romper com preconceitos e estereótipos infundados. Desenvolver uma visão dinâmica, contextualizada e plural de nossas identidades culturais é crucial, reconhecendo os enraizamentos culturais, os processos de hibridização e a negação de pertencimentos culturais específicos. É fundamental ser consciente desses aspectos, nomeá-los e trabalhá-los.

É crucial promover um processo de socialização entre os alunos, incentivando a troca de experiências e o envolvimento mútuo para que todos se reconheçam, conheçam suas origens e raízes culturais. Isso evita exclusões e negações de identidades culturais, permitindo que os alunos construam suas próprias identidades culturais, valorizando as diferenças e promovendo a interação entre elas. Essa abordagem pode reduzir problemas relacionados à aprendizagem, à disciplina e aos preconceitos.

Os negros trouxeram sua cultura e religião para o Brasil, que foram reconstruídas com novos significados sobre uma base africana, frequentemente mesclada com influências indígenas e europeias. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 5°, garante a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando a inviolabilidade dos direitos à vida, liber-

dade, igualdade, segurança e propriedade para todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.
É crucial estudarmos as religiões de origem africana para combater a intolerância e construir uma relação de respeito com todos. Isso é impossível sem conhecer e reconhecer a existência dessas práticas religiosas. Desde a primeira infância, as crianças são expostas a discursos preconceituosos que moldam sua visão de mundo e suas interações com os outros. Não apenas a percepção do outro, mas também a autoimagem da criança e suas características físicas e culturais são influenciadas por esse ambiente. Se o ambiente valoriza estereótipos de beleza, a autoimagem da criança pode ser distorcida.

O progresso das experiências educativas depende de uma abordagem pedagógica que se baseie na intensificação das ações das crianças em relação aos contextos sociais e naturais, visando ampliá-los e diversificá-los, principalmente por meio de interações sociais, brincadeiras e diversas formas de linguagem e comunicação. Essas são as maneiras pelas quais as crianças expressam, exploram e elaboram significados sobre o mundo e sua identidade social. A infância, como uma construção social, deve ser reconhecida em sua diversidade, levando em consideração fatores como classe social, etnia, gênero e religião como determinantes na formação das diferentes infâncias e suas culturas (ROCHA, 2008, p.2-3).

É nossa responsabilidade promover uma discussão qualificada sobre nosso papel na construção da identidade de nossas crianças e suas famílias, privilegiando atitudes de empatia e alteridade. O trabalho com a diversidade e identidade deve ser incorporado em todas as ações da escola, no dia a dia, e não se limitar a projetos isolados.
A diversidade étnico-racial ainda é um tabu a ser quebrado nas salas de aula, e muitos educadores se sentem inseguros em abordar esse tema. Muitos atribuem essa insegurança à falta de materiais, no entanto, existem recursos disponíveis sobre o assunto, mesmo que nem sempre sejam explícitos. Além disso, é possível adaptar e criar materiais para enriquecer essas discussões.
É essencial que o educador compreenda a história africana e os termos associados a essa aprendizagem para abordar o assunto de maneira eficaz. Isso não apenas ajuda a desconstruir preconceitos intrínsecos, mas também promove uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade cultural.
Segundo a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, o estudo da História da África e dos Africanos, bem como a contribuição da cultura negra na formação do povo brasileiro, tornou-se obrigatório no currículo escolar, abrangendo todos os níveis da educação básica com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.
O Brasil é a segunda maior nação negra do mundo, e foi necessário estabelecer uma legislação para reconhecer tardiamente a importância da cultura negra na sociedade brasileira. Essa lei não reduz o papel do negro na história do Brasil a mero escravizado, mas ressalta sua significativa contribuição para o multiculturalismo que caracteriza o nosso país. Com isso, buscamos esclarecer alguns dos conceitos que fundamentam esse trabalho.
As novas formas de apresentação dos conteúdos midiáticos e dos símbolos conferem diferentes e variados significados às identidades na contemporaneidade; elas impactam o estilo de vida e o cotidiano das pessoas, reconfiguram os sentimentos de pertencimento a determinados grupos e manipulam a corporeidade para atender a interesses sociais e comerciais. Essas estratégias, quando internalizadas no imaginário coletivo, passam a ser consideradas como naturais e inerentes à condição humana, atuando como instrumentos de conhecimento e reconhecimento social.
Atualmente, observamos casos de racismo envolvendo personalidades conhecidas sendo amplamente divulgados na imprensa e nas redes sociais. Ao defender a igualdade racial, buscamos eliminar o racismo, valorizar as diferenças de origens, cor da pele, tipo de cabelo, modo de vestir e de se expressar.
A busca pela igualdade começa com o reconhecimento das diferenças, pois é por meio do respeito às diversidades físicas, estéticas,

étnicas e de gênero que alcançamos a igualdade. O outro não é como eu, mas como eu, merece respeito. Contudo, para respeitar o outro, também precisamos olhar para nós mesmos. Portanto, a defesa da igualdade envolve também o cultivo da autoestima.

Nossa autoestima é fortalecida quando somos respeitados, ouvidos, incentivados, e enfraquecida quando somos ignorados e desvalorizados. Assim, além dos direitos e deveres, a luta pela igualdade racial também se baseia em valores humanos e éticos.

É crucial erradicar o racismo, a discriminação, o preconceito e a exclusão das escolas. Para isso, é essencial compreender que todos os brasileiros estão constantemente em contato com nossa herança africana. No Brasil, a grande maioria de nós é uma mistura de africanos, indígenas e europeus. Possuímos uma variedade de características físicas, como narizes largos, cabelos crespos, ondulados ou lisos, castanhos ou pretos. No entanto, ainda estamos inseridos em um padrão de beleza eurocêntrico que valoriza a magreza e a aparência loira, imposto pela mídia e pela televisão.

Desde tenra idade, muitas jovens recorrem a salões de beleza para alisar seus cabelos com relaxamentos, amaciamentos, escovas progressivas e outros métodos modernos para mantê-los esticados e lisos, em conformidade com os padrões de beleza eurocêntricos. Infelizmente, o cabelo muitas vezes não mantém uma aparência natural após esses procedimentos. Além disso, muitas pessoas descolorem e tingem seus cabelos de loiro para se adequar a esses padrões.

Nossa identidade também está intrinsecamente ligada à nossa aparência física. A cor da nossa pele, dos nossos olhos e dos nossos cabelos refletem nossa herança étnica e são determinadas pela melanina, uma proteína presente em nosso organismo. A melanina protege a pele dos raios solares, e as pessoas com maior quantidade desse pigmento têm pele, cabelos e olhos mais escuros e maior proteção solar, enquanto aqueles com menos melanina tendem a ter pele mais clara, cabelos e olhos claros e menor proteção solar.

Ao nos reconhecermos como somos, aprendemos a nos amar, a respeitar e a valorizar a igualdade racial em nosso dia a dia. Ao valorizarmos nossa identidade, resgatamos nossa cultura, respeito, dignidade e orgulho de nossa herança africana. Compreendendo a diversidade étnica de nossa sociedade, passamos a conhecer o outro e a viver sem discriminação e racismo, contribuindo para a redução do alto índice de mortalidade entre os jovens.

O impacto da religião no preconceito tem sido um tema de interesse na psicologia social por décadas. Até o momento, as pesquisas nesse campo não exploraram completamente os mecanismos de formação e redução de preconceitos. Uma abordagem mais sistemática e integrada desses estudos pode resultar em avanços significativos no entendimento dessas questões. As motivações para a aceitação social podem levar os indivíduos a concordar com atitudes predominantes, como as raciais, e a adotar práticas e crenças religiosas preexistentes. A religiosidade intrínseca, por outro lado, tem sido associada negativamente ao preconceito manifesto, mas de forma neutra em relação ao preconceito sutil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indivíduos de ascendência africana encaram uma situação alarmante de discriminação em diversos aspectos da vida, incluindo moradia e empregos. No mercado de trabalho, aqueles com formação acadêmica têm quase o dobro de chances de ocupar cargos de baixa qualificação em comparação com a população em geral. Ao longo dos séculos, os afrodescendentes da diáspora africana foram marginalizados como parte dos legados da escravidão e colonialismo. Há um consenso crescente de que o racismo e a discriminação racial contribuíram para a exclusão, pobreza e invisibilidade destas pessoas em estatísticas oficiais. Apesar de avanços, a situação persiste em diversas partes do mundo.

Os fatores que levam à pobreza entre indivíduos de ascendência africana são predominantemente estruturais. A discriminação se reflete no acesso desigual a serviços essenciais, como educação, saúde, mercados, empréstimos e tecnologia. O pleno exercício dos direitos humanos por esses indivíd-

os depende significativamente do acesso à educação, essencial para o desenvolvimento humano. Investir na educação não apenas garante direitos sociais básicos, mas também impulsiona o crescimento econômico, promove a equidade, constrói capital humano e melhora a saúde da população.

Propõe-se o investimento social na infância e juventude como estratégia para combater a pobreza e evitar a exclusão contínua de uma nova geração de indivíduos de ascendência africana dos benefícios do desenvolvimento econômico, social e humano. A discriminação enfrentada por essas pessoas está recebendo maior atenção, permitindo que grupos afrodescendentes tenham suas vozes cada vez mais ouvidas no cenário político.

Em âmbito nacional, muitos países modificaram suas constituições para incluir referências mais claras à diversidade multicultural da sociedade. Alguns Estados estabeleceram instituições nacionais para promover a igualdade racial e adotaram legislação que inclui políticas de ação afirmativa na educação, programas de saúde direcionados e outras iniciativas em benefício das pessoas de ascendência africana. Apesar dos avanços, persistem desafios para garantir que esses grupos não sejam excluídos do pleno exercício de seus direitos humanos. A atual crise econômica global representa um sério risco para a situação dessas pessoas, assim como para todos os grupos marginalizados e vulneráveis, ameaçando o acesso ao emprego, alimentação, moradia acessível, saúde e educação.

REFERÊNCIAS


BRASIL. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf >acesso em 10 out.2025.

CÉSAIRE, A. Diário de um retorno ao país natal. São Paulo, Edusp, 2012.

CHAUÍ, Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 7 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

COHN, CLARICE. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR EDITOR, 2005.

COLL, César. Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Mariano Cubí 92, 08021 – Barcelona. Editorial Paidós, SAICF. Tradução: Cláudia Schilling.

FARIAS, M.S. "Cultura e Identidade Cultural". Maio de 2012. Disponível em: <http://livre-dialogo.blogspot.com.br/ >acesso em 10 out.2025.

FREITAS, Júlia. De onde viemos: A história dos afrodescendentes no Brasil. Disponível em: http://www.revistacapitolina.com.br/de-onde-viemos-a-historia-dos-afrodescendentes-no-brasil/. Acesso em 10 out.2025.

GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar e agir: Corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). Educação e Cultura: pensando em cidadania, Editora Quartet, Rio de Janeiro, 1999.

ROCHA, Eloísa Alcíres Candal. Diretrizes educacionais - pedagógicas para a educação infantil. Tubarão, 2008.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. Ática: São Paulo: 2008.